



GT 012. Antropologia da Saúde e Direitos Humanos: políticas públicas e agenciamentos sociais em saúde

Sônia Weidner Maluf (PPGAS/UFSC) - Coordenador/a, Erica Quinaglia Silva (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Marcos Aurélio da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso) - Debatedor/a, Jaqueline Teresinha Ferreira (Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ) - Debatedor/a, Sílvia Maria Ferreira Guimarães (DAN/UnB) - Debatedor/a

Antropologia da Saúde no Brasil, além de enfatizar questões clássicas da pesquisa etnográfica, com foco em práticas e saberes locais, tem se debruçado mais recentemente sobre as políticas públicas, o cotidiano dos serviços e das instituições, buscando compreendê-las a partir do Estado "visto de baixo", o que envolve também os saberes técnico-científicos que sustentam essas políticas. A convergência dessas diferentes perspectivas potencializa a pesquisa etnográfica, sobretudo quando feita no que podemos denominar de zona de confluência entre práticas do Estado e políticas públicas, de um lado, e sujeitos sociais, práticas e saberes locais, de outro, em um contexto em que o tema dos direitos humanos, e da saúde como direito humano que deve contemplar as especificidades sócio-econômico-culturais dos sujeitos, comunidades e populações, torna-se central. A proposta do GT é de, a partir de diferentes perspectivas etnográficas, proporcionar um espaço de reflexão sobre a relação entre Antropologia da Saúde e Direitos Humanos, em um contexto em que de modo geral há um retrocesso nos direitos e na democracia no país, particularmente nas políticas públicas de saúde, com o corte nos orçamentos e mudanças substantivas nos princípios que sustentam o Sistema Único de Saúde e as políticas de saúde mental no país. A articulação de diferentes abordagens etnográficas visa pensar os desafios e os diálogos possíveis entre a Antropologia, Estado e Direitos Humanos no campo da saúde.

A meta 90-90-90 e o fim da AIDS?: Política de saúde global e as intervenções à brasileira

Autoria: Ricardo Andrade Coitinho Filho

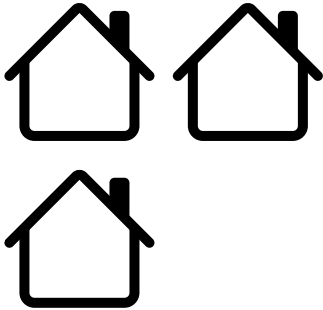
A meta 90/90/90 se insere numa perspectiva global de controle da epidemia da AIDS. Por meio desta, estabeleceram-se percentuais de controle e cuidado que deveriam ser traduzidos em medidas constituídas e operadas pelos Estados nacionais. Tal medida configura-se enquanto estratégia de política de saúde para o fim da Aids e envolve diferentes atores políticos, como a ONU, UNAIDS, OMS e países diferencialmente vinculados com o enfrentamento da epidemia. Tomo por referência analítica o caso brasileiro. Neste sentido, por um lado, problematizo o alcance proposto pela meta 90/90/90 face as articulações e ações promovidas pelo governo federal para atingi-las. Por outro lado, me aproprio de questões demandadas por atores do movimento social, isto é, pessoas que engajam suas experiências sorológicas enquanto narrativas públicas, para problematizar o alcance promovido através da "meta". Para tanto, (i) faço análise da política de saúde global que "dá forma" à meta; (ii) apresento dados preliminares da pesquisa etnográfica que venho desenvolvendo ao longo de dois anos, relativos às ações governamentais, críticas políticas do movimento social e narrativas experienciais de Pessoas que Vivem com HIV/Aids usuárias dos serviços de saúde; e, (iii) conjugo a análise à perspectiva dos estudos interseccionais, com ênfase na articulação entre classe, juventude, gênero e sexualidade. A atenção às experiências interseccionais complexifica a meta enquanto política pública que se propõe de amplitude global e contribui para compreender os agenciamentos, individuais e coletivos, frente ao cenário nacional "pós-golpe" de "desmonte do SUS", "congelamento dos



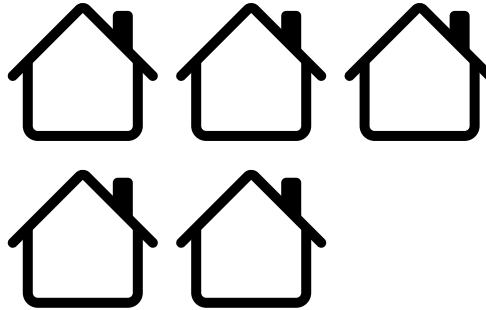
investimentos públicos em educação e saúde?, popularidade de pautas ?conservadoras? relativas a direitos sexuais etc, que implicam diretamente na qualidade de vida da Pessoa Vivendo com HIV/Aids.



Realização:



Apoio:



Organização:

